

Copobras da Amazônia
Industrial de Embalagens Ltda.

**Demonstrações financeiras de acordo
com as práticas contábeis adotadas no
Brasil em 31 de dezembro de 2013**



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Quotistas
Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda.

Examinamos as demonstrações financeiras da Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda. (a "Empresa") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Florianópolis, 25 de março de 2014

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "PricewaterhouseCoopers".

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "S" AM

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Fábio Abreu de Paula".

Fábio Abreu de Paula
Contador CRC 1MG075204/O-o "S" AM

Índice

Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais	2
Demonstrações do resultado	3
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	4
Demonstrações dos fluxos de caixa	5
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	6

Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais

Ativo	2013	2012	Passivo	2013	2012
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	1.112	652	Fornecedores	4.353	3.570
Contas a receber de clientes (Nota 8)	2.807	2.464	Empréstimos e financiamentos (Nota 14)		337
Outras contas a receber	62	10	Salários, encargos e contribuições sociais	279	336
Estoque (Nota 9)	440	869	Obrigações fiscais (Nota 15)	305	150
Impostos a recuperar (Nota 10)	201	217	Dividendos (Nota 17)	950	
			Outras contas a pagar	166	245
Ativos não circulantes mantidos para venda	4.622	4.212			
		4.354		6.053	4.638
Não circulante			Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 11)	222	165	Empréstimos e financiamentos (Nota 14)		34
Impostos a recuperar (Nota 10)	7	4	Obrigações fiscais (Nota 15)	92	104
Partes relacionadas (Nota 12)		1.446	Provisões (Nota 16)	572	459
				664	597
Imobilizado (Nota 13)	229	1.615	Patrimônio líquido (Nota 17)		
			Capital social	4.500	1.000
	7.235	2.953	Reservas de capital		25
			Reserva de lucros	87	3.249
			Lucros acumulados	782	3.625
				5.369	7.899
	7.464	4.568			
Total do ativo	12.086	13.134	Total do passivo e patrimônio líquido	12.086	13.134

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Receita líquida (Nota 18)	27.151	22.583
Custos dos produtos vendidos (Nota 19)	<u>(22.660)</u>	<u>(16.546)</u>
Lucro bruto	<u>4.491</u>	<u>6.037</u>
Despesas de vendas (Nota 19)	(2.093)	(1.806)
Despesas administrativas (Nota 19)	(1.148)	(1.128)
Outras despesas operacionais (Nota 19)	<u>(229)</u>	<u>(277)</u>
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro	<u>1.021</u>	<u>2.826</u>
Despesas financeiras (Nota 20)	(128)	(150)
Receitas financeiras (Nota 20)	<u>334</u>	<u>101</u>
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	<u>1.227</u>	<u>2.777</u>
Imposto de renda e contribuição social (Nota 21)		
Corrente	(414)	(826)
Diferido	<u>57</u>	<u>98</u>
Lucro líquido do exercício	<u>870</u>	<u>2.049</u>
Lucro por quota - em reais (Nota 17)	0,193	2,049

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Capital social	Reservas de capital	Reserva de lucros Incentivos fiscais	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2011					
Lucro líquido do exercício	1.000	25	2.737	2.088	5.850
Destinações:					
Constituição de reserva de incentivos fiscais			512	(512)	2.049
Em 31 de dezembro de 2012					
Lucro líquido do exercício	1.000	25	3.249	3.625	7.899
Destinações:					
Aumento de capital (Nota 17)	3.500	(25)	(3.249)	(226)	870
Distribuição de lucros (Nota 17)			87	(3.400)	(3.400)
Constituição de reserva de incentivos fiscais			87	(87)	
Em 31 de dezembro de 2013					
	4.500		87	782	5.369

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	2013	2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.227	2.777
Ajustes por:		
Depreciação	584	554
Resultado na venda de ativo imobilizado		3
Juros sobre financiamentos	57	188
Provisão para contingências	167	118
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	45	(176)
Provisão para estoques obsoletos	85	
Provisão para investimentos		30
Variações em:		
(Aumento) / redução em contas a receber de clientes	(388)	627
(Aumento) / redução nos estoques	344	(188)
(Aumento) / redução em outras contas a receber	(106)	(2)
(Aumento) / redução nos impostos a recuperar	13	(52)
Aumento / (redução) em fornecedores	783	(720)
Aumento / (redução) obrigações fiscais	91	(618)
Aumento / (redução) em salários, encargos e contribuições sociais	(57)	53
Aumento / (redução) em outras contas a pagar	(79)	125
Caixa proveniente das operações	2.766	2.719
Juros pagos	(36)	(38)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(362)	(379)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	2.368	2.302
Mútuos com partes relacionadas	1.446	(1.446)
Aquisições de ativo imobilizado	(512)	(512)
Recebimento por vendas de ativo imobilizado		346
Caixa líquido gerado/(utilizado) pelas atividades de investimento	934	(1.612)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos tomados		467
Pagamento de empréstimos (principal e juros)	(392)	(814)
Dividendos pagos	(2.450)	
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(2.842)	(347)
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	460	343
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	652	309
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.112	652
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.		

Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Empresa, com sede em Manaus-AM, tem por objetivo principal a fabricação e comercialização de produtos termo-formados descartáveis para embalagem e acondicionamento, de uso doméstico ou industrial, laminados plásticos ou outros polímeros; recuperação de materiais plásticos em geral e transporte rodoviário de cargas.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria Executiva em 25 de março de 2014.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

(a) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

O seguinte pronunciamento foi adotado pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2013 e teve impactos materiais para a Empresa.

Normas	Impactos	
CPC 36 (R3)/IFRS 10	Demonstrações consolidadas	As alterações na norma não impactaram a Companhia, pois a mesma detém 100% de participação na única entidade consolidada.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa.

Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação

A Empresa classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Empresa compreendem "Caixa e equivalentes de caixa" (Nota 2.3), "Contas a receber de clientes" (Nota 2.6), Partes relacionadas e "Outras contas a receber".

2.4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Empresa tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 não há ativos e passivos financeiros compensados.

2.4.4 Impairment de ativos financeiros

A Empresa avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda têm um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e

Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Como um expediente prático, a Empresa pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.5 Instrumentos financeiros derivativos

A Empresa não celebrou contratos de instrumentos financeiros derivativos.

2.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD" ou *impairment*).

2.7 Estoques

Os estoques de matérias primas, materiais de embalagem e almoxarifado foram avaliados pelo custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado. Os estoques de produtos em elaboração e produtos acabados foram avaliados pelo custo médio através do método de custeio de absorção total.

2.8 Ativos não circulantes mantidos para venda

Ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa. Estes ativos são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. Espera-se que a venda destes ativos ocorra em um período de até 12 meses a partir da data de encerramento da presente demonstração financeira.

2.9 Imobilizado

2.9.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada, quando houver.

Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas no resultado.

2.9.2 Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Empresa e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

2.9.3 Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor custo de um ativo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo de arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que seja razoavelmente certo de que a Empresa irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento.

Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado são:

Edifícios	50 anos
Maquinas e equipamentos	15 anos
Móveis e utensílios	8 anos
Veículos	6 anos
Equipamentos de processamento de dados	4 anos
Outros ativos fixos	10 anos

2.10 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

A Empresa não identificou nenhum ativo não financeiro para o qual devesse reconhecer provisão para redução ao valor recuperável.

Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.11 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. São normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.13 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

2.14 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação, além dos prejuízos fiscais. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.15 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo há uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.16 Capital social

O capital social está representado por 4.500.000 quotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

2.17 Reconhecimento da receita

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

2.18 Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras e variação cambial. As despesas financeiras correspondem, principalmente, a juros sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e variação cambial.

2.19 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- O IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de

Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Empresa está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

- IFRIC 21 - "Taxas". A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Empresa.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Empresa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

3.1.1 Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A provisão para imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

A provisão para imposto diferido é reconhecida com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação, além dos prejuízos fiscais e a base negativa da contribuição social. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

A determinação da provisão para imposto de renda e contribuição social ou imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos, e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Empresa avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. A provisão para desvalorização depende da avaliação, pela Empresa, da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro baseado nas projeções preparadas e aprovação pela Diretoria da Empresa.

Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.1.2 Contingências

A Empresa é parte envolvida em vários processos judiciais e administrativos. Provisões são reconhecidas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis (obrigação presente como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança). A probabilidade de perda é avaliada com base na evidência disponível, inclusive a opinião dos consultores legais internos e externos. A Empresa acredita que essas contingências estão reconhecidas adequadamente nas demonstrações financeiras.

3.1.3 Vida útil do imobilizado

O imobilizado é depreciado usando o método linear durante a vida útil estimada dos ativos. A vida útil é revisada anualmente. Na opinião da administração da Empresa, a vida útil do imobilizado está corretamente avaliada e apresentada adequadamente nas demonstrações financeiras consolidadas.

4 Gestão de risco financeiro

As atividades da Empresa a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo e risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. A Empresa possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e os impactos.

4.1 Fatores de risco financeiro

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

A Empresa não possui operações sujeitas a oscilações de taxa de câmbio.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Empresa sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Para mitigar esse risco, as aplicações financeiras contratadas são valorizadas com base na variação do CDI.

(b) Risco de crédito

Embora a Empresa possua um saldo bastante pulverizado no contas a receber de clientes, busca junto a sua área de crédito e cobrança procedimentos que garantam a concretização destes recebíveis de forma a mitigar quaisquer riscos de perdas. A Empresa mantém ainda registrada provisão para devedores duvidosos adequada.

Em relação às instituições financeiras, a Empresa somente realiza operações com instituições financeiras consideradas de primeira linha.

Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa.

Em 31 de dezembro de 2013, a Empresa apresenta passivo circulante em excesso ao ativo circulante no montante de R\$ 1.431. No entanto, o ativo circulante registra um prazo de recebimento do faturamento entre 30 e 35 dias enquanto o passivo circulante reflete 12 meses do passivo com fornecedores e de outras contas a pagar. Conforme estimativas da Administração, esse endividamento será normalmente liquidado com a geração futura de caixa pela Empresa.

A empresa encerrou o ano sem passivos financeiros de empréstimos e financiamentos com vencimentos contratuais, conforme o balanço patrimonial.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Empresa para oferecer retorno aos quotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

5 Instrumentos financeiros por categoria

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	Empréstimos e recebíveis	Passivos financeiros ao custo amortizado
31 de dezembro de 2013		
Caixa e equivalentes de caixa	1.112	
Contas a receber de clientes	2.807	
Outras contas a receber	62	
Fornecedores		4.353
Outras contas a pagar		1.116
	3.981	5.469
	Empréstimos e recebíveis	Passivos financeiros ao custo amortizado
31 de dezembro de 2012		
Caixa e equivalentes de caixa	652	
Contas a receber de clientes	2.464	
Outras contas a receber	10	
Partes relacionadas	1.446	
Fornecedores		3.570
Empréstimos e financiamentos		371
Outras contas a pagar		245
	4.572	4.186

Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada periodicamente. Os saldos entre partes relacionadas representam um risco de crédito irrelevante e as instituições financeiras em que a Empresa realiza transações são de primeira linha.

Nenhum dos ativos financeiros, totalmente adimplentes, foi renegociado no último exercício.

	2013	2012
Contas a receber de clientes		
Grupo 2 - a vencer	2.449	1.887
Grupo 3 - vencidas até 180 dias	358	575
Grupo 4 - vencidas acima de 180 dias	110	65
	<u>2.917</u>	<u>2.527</u>
Contas a receber de partes relacionadas		
Grupo 1 - a vencer		1.446
		<u>1.446</u>

As contas bancárias e os investimentos de curto prazo são mantidos junto a bancos com boa avaliação pelas agências de avaliação de risco.

Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi renegociado no último exercício. Nenhum dos empréstimos às partes relacionadas está vencido ou *impaired*.

7 Caixa e equivalente de caixa

	2013	2012
Aplicações de liquidez imediata	1.112	652
	<u>1.112</u>	<u>652</u>

As aplicações financeiras são remuneradas com base na variação do CDI e prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de seu valor justo, sendo desta forma consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações financeiras.

Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Contas a receber de Clientes

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
No país		
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.917	2.527
Cheques em cobrança	(110)	(65)
	<u>2.807</u>	<u>2.464</u>

Todos os valores de contas a receber tem vencimentos de até 45 dias.

9 Estoques

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Produtos acabados	78	369
Produtos em elaboração	44	28
Matérias-primas	105	178
Material de uso e consumo	298	294
Provisão para estoques obsoletos	(85)	
Total	<u>440</u>	<u>869</u>

10 Impostos a recuperar

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
ICMS	12	7
IRPJ/CSLL	178	156
Outros	18	58
	<u>208</u>	<u>221</u>
Ativo circulante	<u>201</u>	<u>217</u>
Ativo não circulante	<u>7</u>	<u>4</u>

Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Impostos de renda e contribuição social diferidos

Os impostos diferidos no montante de R\$ 222 (em 2012 R\$ 165) origina-se de diferenças temporárias decorrentes das provisões trabalhistas constituídas.

	2013	2012
IR e CS diferidos ativos		
Provisões trabalhistas	222	165

12 Transações com partes relacionadas

(a) Saldos e transações

Os saldos com partes relacionadas estão apresentadas a seguir e referem-se às transações realizadas com a Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens.

	2013	2012
Fornecedores	338	4
Partes relacionadas (mútuo) - ativo		1.446
Outras receitas operacionais		251
	338	1.701

Em 31 de dezembro de 2013 não havia saldo ativo em aberto com partes relacionadas.

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração corresponde à diretoria executiva da Empresa. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	Consolidado	
	2013	2012
Salários e outros benefícios de curto prazo, a empregados	48	48
	48	48

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

[illegible]

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado periodicamente, sendo que em 31 de dezembro de 2013, não houve a necessidade de constituição de provisão.

Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Empréstimos e financiamentos

Os termos e condições dos empréstimos em aberto foram os seguintes:

<u>Subcrédito</u>	<u>Encargos anuais</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Capital de Giro	5,74% + CDI	2013		371
				<u>371</u>
Parcela do circulante				337
Parcela do não circulante				34

Os contratos de empréstimos liquidados em 2013 tinham como garantia a fiança dos quotistas da Empresa.

15 Obrigações Fiscais

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	132	13
Imposto de renda pessoa jurídica	25	14
Contribuição social sobre o lucro líquido	20	24
Parcelamento Lei 11.941/2009 REFIS IV	109	104
INSS	65	50
FGTS	20	16
Outros impostos	26	33
	<u>397</u>	<u>254</u>
Circulante	305	150
Não Circulante	92	104

16 Provisões

	<u>Depósitos judiciais</u>		<u>Provisão para contingências</u>		<u>Líquido</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Cível		26		485		459
Trabalhistas	80		652		572	
Total	<u>80</u>	<u>26</u>	<u>652</u>	<u>485</u>	<u>572</u>	<u>459</u>

Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contingências trabalhistas referem-se a valores provisionados para atender prováveis perdas em processos contra os quais foram interpostos recursos. A Empresa possuía em 31 de dezembro de 2013 o montante de R\$ 631 mil referentes a passivos contingentes trabalhistas com risco de perda classificados pelos assessores jurídicos possível, não provisionados.

17 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social é de R\$ 4.500 e em 31 de dezembro de 2012, o capital social era de R\$ 1.000, totalmente subscrito e integralizado, representado por quotas, e sua composição é como segue:

Quotistas	Quantidade de quotas	% Capital
Mário Schlickmann	1.473.475	32,7439
Milton Schlickmann	1.473.475	32,7439
Marcelo Schlickmann	1.285.434	28,5652
Jânio Dinarte Koch	267.616	5,9470
	<u>4.500.000</u>	<u>100,0000</u>

Em 1º de novembro de 2013 os sócios decidiram aumentar o capital social da Sociedade de R\$ 1.000 para R\$ 4.500, mediante subscrição de novas quotas de capital que foram subscritas mantendo a mesma composição e participação de quotistas. A integralização dessas quotas ocorreu utilizando os recursos vinculados e decorrentes da reserva de incentivos fiscais federais, no valor de R\$ 2.347, reserva de incentivos fiscais estaduais no valor de R\$ 900, reservas de capital no valor de R\$ 25 e lucros acumulados, no valor de R\$ 228.

(b) Reserva de lucros (incentivos fiscais)

É composto pela parcela que seria devida e que não será paga em virtude da isenção de imposto de renda incidente sobre o lucro da exploração, e isenção de imposto sobre circulação de mercadorias, concedido pelo Estado do Amazonas nos termos do ato concessivo Decreto 24.194 de 29.04.2004.

(c) Lucro por quota

O lucro básico por quota é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	2013	2012
Lucro atribuível aos quotistas da Empresa	870	2.049
Quantidade de quotas em circularização	<u>4.500</u>	<u>1.000</u>
Lucro básico por ação - em reais	<u>0,193</u>	<u>2,049</u>

Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Distribuição de lucros

Os sócios aprovaram em Reunião de Sócios, ocorrida em 11 de novembro de 2013 a distribuição de lucros no valor de R\$ 3.400 provenientes de lucros acumulados, desse montante R\$ 2.450 já foram pagos e o valor restante (R\$ 950) está registrado no passivo circulante da Empresa.

18 Receita líquida

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	2013	2012
Receita bruta	29.545	25.018
Impostos sobre vendas	(2.379)	(2.407)
Devoluções	(15)	(28)
Receita líquida	27.151	22.583

19 Despesas por natureza

	2013	2012
Despesas com pessoal	3.625	2.993
Depreciação	584	554
Energia elétrica	1.009	1.347
Materiais consumidos	16.852	11.548
Frete	872	920
Comissões	708	659
Gastos com manutenção	807	573
Gastos com viagens	68	22
Serviços de terceiros	100	97
Provisão para contingência	167	518
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	45	(176)
Despesas não recorrentes (autos de infração)	35	35
Outros	1.258	667
Total dos custos, despesas com vendas e administrativas e outras despesas operacionais	26.130	19.757

Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Resultado financeiro

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(57)	(188)
Outros	(71)	38
	<u>(128)</u>	<u>(150)</u>
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	333	16
Outras	1	85
	<u>334</u>	<u>101</u>
Resultado financeiro líquido	<u>206</u>	<u>(49)</u>

21 Imposto de renda e contribuição social

A seguir, reconciliação dos tributos e contribuições sociais no resultado:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.227	2.777
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	<u>(417)</u>	<u>(944)</u>
Exclusões (adições) permanentes		
Incentivos fiscais	30	174
Outros	30	42
Efeito dos impostos no resultado do exercício	<u>(357)</u>	<u>(728)</u>
Corrente	(414)	(826)
Diferido	57	98
Alíquota efetiva	29%	26%

Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013, e a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais. Os dispositivos da Medida Provisória entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário de 2014.

Com base na análise efetuada pela Administração sobre os impactos tributários dos novos dispositivos, concluímos que não há distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio superiores aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Dessa forma, a Administração avalia que não haverá encargos tributários incrementais em relação à distribuição de lucros em relação aos últimos cinco anos.

Considerando-se que a referida medida provisória possui um número relevante de emendas propostas e que a Receita Federal do Brasil deverá, de acordo com a mesma, disciplinar diversas matérias é possível que algumas das suas disposições sejam alteradas e/ou esclarecidas. Todavia, com base no texto vigente estimamos que as referidas alterações não acarretem efeitos contábeis relevantes para a Empresa. Desta forma, a entidade deverá aguardar o desdobramento das emendas a esta Medida Provisória para tomar a decisão sobre a sua adoção antecipada.

22 Coberturas de seguros

A empresa possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2013, a cobertura de seguros era composta por R\$ 3.672 para danos materiais, R\$ 32.501 para lucros cessantes e R\$ 200 para responsabilidade civil.

* * *